

PAULO CÉSAR ZENI

FUNDAMENTOS DO PROCESSO  
JUDICIAL ELETRÔNICO  
E A DEFESA DOS DIREITOS  
NO CIBERESPAÇO

Belo Horizonte

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

APRESENTAÇÃO .....	15
--------------------	----

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO .....	17
------------------	----

1.1 O que é o ciberespaço? .....	17
1.2 O fenômeno da migração dos processos para o ciberespaço .....	20
1.3 O processo judicial no ciberespaço: antecedentes históricos e considerações sobre a e-Justiça .....	23
1.4 O processo judicial no ciberespaço: processo judicial eletrônico e procedimento judicial eletrônico .....	25

CAPÍTULO 2

MARCO LEGAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO .....	29
---	----

2.1 Introdução do processo judicial eletrônico no direito brasileiro: experiências pioneiras e consolidação dos sistemas de processo judicial eletrônico .....	29
2.2 A regulamentação do processo judicial eletrônico pelo Conselho Nacional de Justiça: a criação do sistema PJe.....	34
2.3 Regime jurídico da integração eletrônica com os sistemas de processo eletrônico do Poder Judiciário: a criação do Modelo Nacional de Interoperabilidade .....	38
2.4 Análise de caso: apontamentos a respeito da experiência auferida com a implantação do processo judicial eletrônico no Estado de Mato Grosso do Sul .....	43
2.4.1 Cronologia da regulamentação do processo judicial eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.....	43
2.4.2 O processo judicial eletrônico no Ministério Público de Mato Grosso do Sul e sua integração eletrônica com o sistema do Poder Judiciário.....	45
2.4.3 Resultados preliminares da adoção do processo judicial eletrônico no estado de Mato Grosso do Sul.....	46

CAPÍTULO 3  
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E A  
GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL:  
LIMITES AO PODER REGULAMENTAR DOS  
TRIBUNAIS ..... 49

3.1	Natureza jurídica da competência dos órgãos do Poder Judiciário para a regulamentação do processo eletrônico no âmbito de suas jurisdições ..... 49
3.2	Limites jurídicos da competência regulamentar dos tribunais: considerações sobre a teoria da essencialidade..... 53
3.3	Princípio do devido processo legal: condição de validade dos regulamentos do processo judicial eletrônico ..... 56
3.4	Regulamentos judiciais do processo judicial eletrônico sob a perspectiva da análise econômica do direito ..... 58
3.5	Os princípios jurídicos como diretrizes interpretativas dos regulamentos do processo judicial eletrônico ..... 61
3.6	Considerações relativas ao conteúdo dos regulamentos judiciais para o processo judicial eletrônico ..... 63
3.6.1	Regime jurídico adotado para os eventos de indisponibilidade do sistema ..... 63
3.6.2	Regras de cadastramento e de habilitação dos usuários para emissão de assinatura digital ..... 67

CAPÍTULO 4  
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PRODUÇÃO DA  
PROVA NO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO ..... 69

4.1	Direito à produção da prova e seus limites jurídicos ..... 69
4.2	Repercussão da informatização processual no direito à produção da prova..... 71
4.2.1	Documentos eletrônicos e documentos digitalizados: requisitos de validade e autenticidade ..... 73
4.2.2	Limitações de formato e tamanho dos arquivos eletrônicos: considerações necessárias à proteção do direito à produção da prova ..... 76
4.2.3	Princípio da cartularidade no processo judicial eletrônico: considerações a respeito dos títulos de crédito eletrônicos, títulos de crédito digitalizados e mecanismos de garantia de validação e autenticidade dos títulos de crédito ..... 81
4.2.3.1	Questões relacionadas à execução de títulos de crédito eletrônicos: o desafio da comprovação da posse e autenticidade do instrumento ..... 83

4.2.3.2	Questões relacionadas à execução de títulos de crédito digitalizados: disposições introduzidas pela Lei nº 11.419/2006 e novo Código de Processo Civil .....	84
4.2.4	Preclusão consumativa no processo judicial eletrônico e produção da prova documental no direito processual civil.....	86

## CAPÍTULO 5

### REPERCUSSÕES DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO DIREITO PROCESSUAL

PENAL .....	91	
5.1	Aplicabilidade da Lei nº 11.419/2006 ao direito processual penal.....	91
5.2	Investigação criminal na experiência do processo judicial eletrônico em Mato Grosso do Sul.....	93
5.3	Impactos do processo judicial eletrônico na oralidade e imediação .....	95
5.4	Videodepoimento e videointerrogatório .....	98
5.5	Publicidade e sigilo: limites à divulgação do processo judicial eletrônico .....	102
5.6	Publicidade e sigilo: aplicabilidade da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção dos Dados Pessoais), ao processo judicial eletrônico .....	107

## CAPÍTULO 6

### INOVAÇÕES DECORRENTES DA ADOÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL BASEADO EM PLATAFORMA ELETRÔNICA.....

111		
6.1	Sobre a construção de uma principiologia do processo judicial eletrônico .....	111
6.1.1	Princípio da imaterialidade .....	113
6.1.2	Princípio da conexão reticular.....	115
6.1.3	Princípio da conexão inquisitiva.....	117
6.1.4	Princípio da intermedialidade .....	119
6.1.5	Princípio da hiper-realidade.....	120
6.1.6	Princípio da desterritorialização.....	120
6.1.7	Princípio da responsabilização algorítmica .....	125
6.1.8	Princípio da transparência tecnológica .....	127
6.2	<i>Big data</i> para o juiz do futuro: inércia da jurisdição, iniciativa probatória e motivação da sentença no processo judicial eletrônico.....	129
6.2.1	A verdade almejada no processo judicial.....	129

6.2.2	Ônus da prova, iniciativa probatória e participação do juiz na produção da prova judicial.....	131
6.2.3	A iniciativa probatória do Poder Judiciário para análise de dados obtidos no ciberespaço: reflexões a respeito da hiperdisponibilidade da informação.....	133
6.2.4	<i>Big data</i> e processo judicial eletrônico: cenário de prospecção e análise automatizadas das provas pelo Poder Judiciário.....	136
6.2.5	<i>Big data</i> , padrões de prova e motivação das decisões no processo judicial eletrônico.....	143
6.3	As condições da ação e os pressupostos processuais no direito processual eletrônico.....	151
6.3.1	Capacidade postulatória no processo judicial eletrônico...	152
6.3.2	Citação válida no processo judicial eletrônico.....	155
6.3.3	Requisitos do sistema para peticionamento eletrônico.....	156
6.4	Comunicações processuais no processo judicial eletrônico: diário da justiça eletrônico e portal da intimação eletrônica.....	157
6.4.1	Diário da justiça eletrônico.....	157
6.4.2	Portal da intimação eletrônica.....	161
6.4.3	Uso de meios alternativos de intimação nos casos urgentes ou quando houver indício de burla à intimação eletrônica.....	168
6.4.4	Considerações quanto à obrigatoriedade de registro de usuários nos sistemas de intimação e citação eletrônica.....	169
6.4.5	Registro de usuários nos sistemas de intimação e citação eletrônica para fins de direito processual penal.....	171
6.4.6	Intimação eletrônica por meio de serviço de interoperabilidade entre sistemas de processo judicial eletrônico.....	172
6.5	Informações estatísticas: o metaprocesso judicial eletrônico e as tabelas taxonômicas unificadas.....	174
6.6	Perspectivas da automação no processo judicial eletrônico: limites para a substituição das atividades humanas no curso do processo.....	178

## CAPÍTULO 7

A INFORMATIZAÇÃO E O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA: DIRETRIZES GERAIS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO.....	183
--	-----

REFERÊNCIAS.....	191
------------------	-----